

Seplan espera consenso para alterar salário

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) só deverá servir de parâmetro para os reajustes do salário mínimo. Essa é a proposta dos ministros da área econômica e dos membros do Conselho Monetário Nacional, (CMN) frustrada pelas pressões dos políticos do partido do governo e pela disposição do próprio presidente da República. O insucesso dessa proposta de livre negociação salarial para todas as faixas de rendimento, responsável pelo esvaziamento do pacote econômico do governo, não levou, no entanto, ao seu arquivamento. Empresários e ministros estão esperando por um consenso a que deverá chegar a sociedade sobre a necessidade da medida.

Segundo Akihiro Ikeda, um dos principais assessores econômicos do ministro Delfim Netto, "é preferível ter cobertura política da sociedade para a aprovação do que o governo fez". Na verdade, o poder de decisão sobre essa questão foge das mãos da área econômica, pois implicaria em uma decisão do Congresso Nacional sobre o final da legislação salarial que vincula os reajustes à variação do INPC. Seria o primeiro passo para a desindexação da economia, através de um fator considerado o mais inflacionário pelos tecnocratas: os salários.

O governo não está propondo, como se cogitou nas últimas semanas, de efetuar expurgos no INPC. Segundo Ikeda, o índice deve refletir fielmente o comportamento real dos preços. No caso de um expurgo, seria necessária a mudança de metodologia de cálculo, o que alteraria o espírito da lei salarial. Não se justifica, para os assessores da Seplan, a alteração de um índice, só para se conseguir efeitos antiinflacionários, se ele já não reflete mais o comportamento real dos preços. Assim, seria mais razoável a anulação da lei.

Para José Arantes Savasini, assessor da Seplan, os salários têm peso fundamental nos custos de produção. Para reforçar sua idéia, Savasini citou o filósofo e economista alemão Karl Marx, que dizia que o único fator de produção é a mão-de-obra. Com isso, ele queria dizer que, mesmo as máquinas de uma empresa têm embutido no seu preço o trabalho humano, e esse preço, para o empresário, vai variar segundo o que ele pagou por ela, quantia que será tanto mais elevada, quanto maior for o salário do trabalhador que a produziu.

O pacote, nem bem começa a produzir os primeiros efeitos, já criou um impasse de difícil solução. Por mais que os tecnocratas continuem a insistir que a inflação deverá cair após o impacto inicial nos preços referente ao corte de subsídios, ninguém está acreditando que ela venha mesmo a inverter sua tendência. No entanto, a Secretaria de Planejamento já está preparando medidas complementares para assegurar sua contenção. A Portaria 13 do CIP, que limita em 90% da variação das OR-TNs o reajuste de preços de duzentos produtos controlados, deverá ser reformulada nos próximos dias.

Ao contrário das promessas da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, de liberação após o final do prazo de vigência da portaria — em agosto —, agora os reajustes passarão a acompanhar em apenas 80% a variação das OR-TNs, segundo confirmaram, ontem, fontes da Seplan. A justificativa da SEAP é que muitos produtos tiveram reajustes acima do necessário, dentro dos parâmetros da portaria 13. Agora, os empresários deverão compensar a redução de seus lucros com os ganhos excessivos já obtidos.